



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

MARCUS
AURELIO
LOPES 15/06
/2023 TRT9

Processo: Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição (CAPPGJ) (Proc. N° 284003)

Ata/Pauta - 19.05.2023 - 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição - 2023 (ID 8976981)

Agendamento (ID 8976982)

Data: 19/05/2023

Horário: 10:30

Reunião Extraordinária: Não

Convidados:

- MARCUS AURELIO LOPES - COORDENADOR - Magistrado indicado pela Presidência, com direito a voto - SUPLENTE SIDNEI CLAUDIO BUENO
- KLEBER RICARDO DAMASCENO - MEMBRO TITULAR - Magistrado escolhido pelo Tribunal, com direito a voto - SUPLENTE SIMONE GALAN DE FIGUEIREDO
- DANIEL RODNEY WEIDMAN - MEMBRO TITULAR - Magistrado eleito pelos magistrados de 1º grau, com direito a voto - SUPLENTE ROBERTO WENGRZYNOVSKI
- JOSÉ VINICIUS DE SOUSA ROCHA - MEMBRO TITULAR - Magistrado eleito pelos magistrados de 1º grau, com direito a voto - SUPLENTE DANIEL ROBERTO DE OLIVEIRA
- JAIME DE BRITTO - SECRETÁRIO - Servidor indicado pela Presidência, com direito a voto - SUPLENTE SILMARA CORDEIRO
- PEDRO MOISÉS ALBRECHT - MEMBRO TITULAR - Servidor escolhido pelo Tribunal, com direito a voto - SUPLENTE PEDRO CLAUBER MACAMBIRA FILHO
- CRISTHIAN DA SILVA TAMBOSI - MEMBRO TITULAR - Servidor eleito pelos servidores, com direito a voto - SUPLENTE CRISTIANE DE MELO MATTOS SABINO GAZOLA SILVA
- LUCIANO CARVALHO LOURENÇO - MEMBRO TITULAR - Servidor eleito pelos servidores, com direito a voto - SUPLENTE ANTONIO MARCOS PENNA BORGES
- YONARA YOKO POZZOLO - CONVIDADA - SECRETÁRIA - SECRETARIA GERAL JUDICIÁRIA - Convidado, sem direito a voto
- EDUARDO SILVEIRA ROCHA - CONVIDADO - SECRETÁRIO - SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA - Convidado, sem direito a voto



Documento "Ata/Pauta - 19.05.2023 - 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição - 2023", no sistema Vetor, processo "Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição (CAPPGJ) (N° 284003)". Para verificar a autenticidade desta cópia, informe o código 2023.QVLEJ.JLZVM no endereço <https://www.trt9.jus.br/verificador-autenticidade>

- DANIEL ROBERTO DE OLIVEIRA - CONVIDADO - Magistrado representante da AMATRA, sem direito a voto
- SANDRO ALENCAR FURTADO - CONVIDADO - DIRETOR-GERAL - DIRETORIA-GERAL - Convidado, sem direito a voto
- RENATO CELSO MOREIRA FILHO - CONVIDADO - Servidor representante do SINJUTRA - Convidado, sem direito a voto
- MARIA HELENA FRANCO MARTINS ALVES - CONVIDADA - DIRETORA DE SECRETARIA - SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E ESTATÍSTICA - Convidado, sem direito a voto

Local da reunião: Formato híbrido, sala de reunião do 4º andar do edifício Rio Branco e telepresencial.

Participantes:

- DESEMBARGADOR MARCUS AURÉLIO LOPES - Coordenador
- JUIZ DANIEL RODNEY WEIDMAN - Magistrado eleito pelos magistrados de 1º Grau
- JAIME DE BRITTO - Secretário e servidor indicado pela Presidência
- CRISTHIAN DA SILVA TAMBOSI - Servidor eleito pelos servidores
- ANTONIO MARCOS PENNA BORGES - Servidor eleito pelos servidores
- YONARA YOKO POZZOLO - representante da SECRETARIA GERAL JUDICIÁRIA
- EDUARDO SILVEIRA ROCHA - representante da SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA
- SIDNEI CLAUDIO BUENO - Magistrado representante da AMATRA
- HILMA MARIA WIELEWSKI - representante da DIRETORIA-GERAL
- RENATO CELSO MOREIRA FILHO - representante do SINJUTRA
- LUIZ HENRIQUE TACCONI - representante da SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E ESTATÍSTICA

Link da reunião gravada: <https://drive.google.com/file/d/10ca1aqH8Xjq7ctpJx2vVWSeUvclHLFnS/view>

Itens da reunião (ID 8976990)

Item 1 - Textos nas atas de audiência (ID 8976991)

Nome do item: Inserção de textos nas atas de audiência sem prévia aprovação

Descrição:

Trata-se de inserção de textos nas atas de audiência sem prévia aprovação, ou, pelo menos, comunicação ao Juiz que a assinará. Seguidamente são inseridos textos nas atas, sem comunicação prévia, com os quais, muitas vezes, o juiz não concorda e tem que assinar a ata como se a iniciativa partisse dele.

Solução Proposta:



Propõe-se que a administração consulte os juízes se concordam que as atas sejam utilizadas para marketing administrativo, antes de inserir textos automáticos

Deliberação:

Delibera-se que não se trata de matéria a ser discutida e deliberada pelo comitê, sendo que a proposta foi rejeitada.

(9005879) Item 2 - Computadores nas salas de audiências (ID 9005879)

Nome do item: Disponibilização de computador nas salas de audiência para consulta do processo

Descrição:

Frequentemente as partes necessitam acessar o processo durante a audiência e o magistrado acaba por ter que ceder a sua própria cadeira pra que o processo seja consultado do seu computador

Solução Proposta:

Disponibilizar um equipamento na sala de audiência para que as partes possam consultar o processo durante a audiência

Deliberação:

A SGP informa que quando há solicitação de equipamentos para a sala de audiência ela é atendida. Diante disso, a Comissão delibera que se mantenha este procedimento e, na medida em que se mostrar necessária a instalação de computador na sala de audiência, que isso seja realizado a critério do juiz da unidade.

(9005885) Item 3 - Presença do juiz na Vara para fazer audiências (ID 9005885)

Nome do item: Presença do juiz na Vara para fazer audiências enquanto todos os demais interlocutores estão participando à distância

Descrição:

Discussão e encaminhamento das questões relacionadas à exigência da presença do juiz na Vara para fazer audiências enquanto todos os demais interlocutores estão participando à distância.

Item proposto na última reunião ocorrida em 17/03/2023, o qual restou pendente de discussão e deliberação para a próxima reunião do colegiado. O tema foi incluído na lista de discussão da Comissão (disponível no Google Spaces), mas não houve manifestação dos membros.



Deliberação:

A comissão entende que não se trata de matéria a ser discutida por este colegiado, pois é uma determinação da Corregedoria Geral que atinge exclusivamente os magistrados de primeiro e segundo grau do ponto de vista funcional e que não se confunde com a regulamentação do teletrabalho.

(9005891) Item 4 - ATS para magistrados (ID 9005891)

Nome do item: Restauração do ATS para magistrados que já o recebiam em 2006

Descrição:

Item proposto na última reunião ocorrida em 17/03/2023, o qual restou pendente de discussão e deliberação para a próxima reunião do colegiado. O tema foi incluído na lista de discussão da Comissão (disponível no Google Spaces), mas não houve manifestação dos membros.

Deliberação:

A Comissão entende que esse tema não é matéria a ser apreciada e deliberada por este colegiado.

(9005897) Item 5 - Atribuição das secretarias de vara (ID 9005897)

Nome do item: Atribuição às secretarias de vara de serviços que sempre foram de competência de outras unidades, criadas para aqueles fins (exemplo: precatórios)

Descrição:

Item proposto na última reunião ocorrida em 17/03/2023, o qual restou pendente de discussão e deliberação para a próxima reunião do colegiado. O tema foi incluído na lista de discussão da Comissão (disponível no Google Spaces), mas não houve manifestação dos membros.

Deliberação:

Incluir o tema para a próxima reunião ordinária, como primeiro item da pauta, convidando os responsáveis pelo setor de precatórios e os diretores de secretaria para que sejam ouvidos através de vídeo conferência com audiência aberta a todos os interessados das unidades.

(9005903) Item 6 - Pesquisa com magistrados e servidores das unidades de 1º Grau (ID 9005903)

Nome do item: Pesquisa com magistrados e servidores das unidades de 1º Grau

Descrição:



Proposta apresentada na última reunião ocorrida em 17/03/2023, a qual restou pendente de discussão e deliberação para a próxima reunião do colegiado, conforme segue:

A Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição foi instituída pelo CNJ em 2014. Assim, passados 8 anos é importante que se verifique quais as questões que atualmente deveriam ser objeto de atenção da Comissão. Nesse sentido propõe-se que anualmente (em junho ou julho de cada ano) seja realizada pesquisa com magistrados e servidores das unidades judiciárias de 1º grau para que apontem o que entendem necessário para a priorização do primeiro grau. Sugere-se que o questionário tenha campos destinado à manifestação relacionada a cada uma das linhas de atuação previstas no Art. 2º da Res. 194/2014 (CNJ) sendo opcional o preenchimento em relação a cada uma delas. Após, a Comissão destacaria as necessidades mais comuns apontadas para deliberação. Importante ainda após a deliberação divulgar o que tiver sido deliberado e monitorar a evolução da matéria divulgando periodicamente o resultado de forma a mostrar que é útil a manifestação dos magistrados e servidores e desse modo estimular a continuidade da participação.

Solução Proposta:

Oficiar a Presidência solicitando auxílio da área competente para a elaboração de questionário a ser respondido por magistrados e servidores de unidades judiciárias de 1º grau.

Deliberação:

Idealizar, em conjunto com a Assessoria de Comunicação, uma campanha de divulgação da Comissão, estabelecendo um canal de comunicação e de divulgação das suas atribuições e atividades para que as unidades interajam com o colegiado e proponham temas a serem tratados.

(9005909) Item 7 - RA 119/2021 (ID 9005909)

Nome do item: RA 119/2021: Cumprimento do acordo Ofício GP 59/2022

Descrição:

Item proposto na última reunião ocorrida em 17/03/2023, o qual restou pendente de discussão e deliberação para a próxima reunião do colegiado. O tema foi incluído na lista de discussão da Comissão (disponível no Google Spaces), mas não houve manifestação dos membros.

Deliberação:

A Comissão entende que esse tema já está superado tendo já sido devidamente tratado pela presidência deste Tribunal.



(9007025) Item 8 - Assuntos Gerais (ID 9007025)

Nome do item: Assuntos gerais identificados durante a reunião

Proposições diversas:

Levantou-se a questão da possibilidade de encaminhamento à Comissão Nacional de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição de proposta de expansão dos limites de percentuais de servidores que podem executar suas atividades no regime de teletrabalho.

Deliberação:

Deliberou-se que o servidor Crithian Da Silva Tambosi deve elaborar uma proposta que será encaminhada à instância superior adequada.

